



PLANO DE TRABALHO MOVIMENTO IFG PLURAL

FABIANE REITORA

UM CHÃO: VÁRIAS VOZES

Candidata: Fabiane Costa Oliveira SIAPE: 1487840

Cargo: Professora de Ensino Básico Técnico e Tecnológico

Classe/Nível: DIV - II

Área de Concurso: História

Unidade de Lotação: Departamento de Áreas Acadêmicas I -

Câmpus Goiânia

Ingresso na instituição: 12 de agosto de 2011

Titulação: Doutorado

Link para consulta do currículo lattes:

http://lattes.cnpq.br/0244227409997720



MÚLTIPLAS VOZES: UMA CANDIDATURA



De início, é importante dizer que a presente candidatura emerge do chão da escola, lugar este que expressa as demandas de múltiplas vozes, unidas em torno de um movimento que busca, como alternativa para o processo de escolha do(a) futuro(a) dirigente máximo(a) do IFG, a constituição de um nome advindo do protagonismo dos debates ocorridos nos espaços de construção institucionais. Esta candidatura é feita pela escolha de um movimento da base a partir da avaliação da trajetória de atuação desse nome em defesa de políticas públicas e institucionais necessárias para o cumprimento da função social do IFG, seja nos espaços de construção democrática e coletiva das políticas e ações institucionais, seja nas instâncias colegiadas, na atuação gestora e mesmo na prática docente.

Nesse sentido, a emergência desta candidatura que aqui se apresenta não se faz pela dimensão personalista, mas sim pela demanda de um movimento que se constituiu e se consolidou em torno da defesa de um projeto, tanto político quanto pedagógico, para o IFG. Assim sendo, a candidatura em questão se coloca a partir da assumência de um comprometimento histórico associado à consolidação e à efetivação de um projeto político-pedagógico institucional que busca efetivamente se comprometer com as finalidades e objetivos expressos na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Quanto à emergência do movimento que enseja a necessidade premente da construção de um nome capaz de representar os seus princípios, compromissos, políticas e ações, faz-se mister esclarecer que ele é atualmente constituído por representantes dos três segmentos, sejam eles servidores(as) docentes e técnico(a)-administrativos(as) e estudantes.

Este movimento, denominado MOVIMENTO IFG PLURAL, iniciou os debates motivado pelo processo eleitoral para escolha de



Reitor(a) e Diretores(as)-Gerais dos câmpus do IFG, pautado pela defesa de que o percurso de construção dos nomes de nossos(as) futuros(as) dirigentes devesse, de um lado, ser conduzido a partir da delimitação prévia de um projeto político-pedagógico e, de outro, se dar em diálogo ampliado com a comunidade acadêmico-escolar que compõe e constrói cotidianamente o chão da escola. E é dessa defesa que nasce o slogan UM CHÃO: VÁRIAS VOZES.



Sob a responsabilidade de fazer com que o slogan UM CHÃO: VÁRIAS VOZES represente, de fato, o comprometimento com o processo e a constituição de uma cultura democrática participativa, tanto de "dentro para dentro" quanto de "dentro para fora", esta candidatura emerge, de um lado, da necessidade de aprofundamento e consolidação efetiva de um projeto que se apresente como combatente de toda e qualquer prática autocrática e que lute pela transformação da Reitoria em um centro de articulação do processo de participação política por meio da ampliação dos processos consultivos e decisórios. Por outro lado, esta candidatura ascende da urgência de efetivar, cada vez mais, a presença e a participação da instituição na sociedade e, consequentemente, de sua abertura à classe trabalhadora e às camadas populares.

Acreditamos, assim, que a defesa da autonomia institucional, um princípio fundamental da constituição de nosso chão, requer uma postura firme e mobilizatória da comunidade interna e externa ao IFG e, do mesmo modo, uma ação consistente de diálogo e debate em torno da explicitação do papel social de nossa instituição.

É fato que a conjuntura atual impõe riscos, dentre outros, à efetividade dessa autonomia institucional, bem como ao caráter público e gratuito dos Institutos Federais, à democratização de acesso e conclusão com êxito dos(as) estudantes oriundos das camadas populares, à mobilização estudantil, às conquistas históricas da classe trabalhadora como um todo e dos(as) trabalhadores(as) da educação, em específico. Nesse sentido, o projeto que defendemos é aquele capaz de conduzir uma Reitoria que mantenha essa postura firme e, da mesma forma, mobilizatória contra todos esses riscos impostos ao que nos define e que nos apresenta como indispensáveis à nossa atuação na e perante a sociedade.



UM CHÃO PERCORRIDO



Penosa tarefa é esta de começar a redigir e, ainda mais, quando o "objeto" de tal escrita refere-se a si mesmo. Como ponto de partida e levando em consideração a importância de se trilhar o chão já percorrido, decido, então, escrever um memorial.

Esta construção narrativa impõe trazer para o espaço do tempo presente as histórias de um passado que, embora traga elementos de si, não se constitui em uma escrita para si e sim para outras pessoas. Constitui narrativas históricas de um "eu" atravessado por um processo de subjetivação que culmina para que eu me encontrasse e me deixasse ver nesse lugar institucional e nesse tempo que é o presente.

Nasci em Goiânia, em janeiro de 1975. Meus avôs paternos e maternos migraram com seus(uas) filhos(as) de cidades do interior de Goiás, Corumbaíba e Buriti Alegre, respectivamente, para a capital em busca de melhores oportunidades de trabalho. Meus avôs paternos eram trabalhadores rurais sem terra que buscavam na recém capital, que se queria ser grande, a tão sonhada promessa de prosperidade que se fazia anunciada na relação com o espaço da cidade. Meus avôs maternos, ele ferreiro e ela lavadeira, buscavam na cidade (que ainda não era, mas aspirava ser) grande a oportunidade de emprego que se acreditava emergir em meio à expansão urbana tão anunciada pelo projeto de constituição de Goiânia.

Meus pais, ele padeiro e ela empregada doméstica, se conheceram por volta de 1971 e encontraram no casamento uma forma de construírem uma vida em comum em que a dureza da vida pudesse ser tangenciada pela esperança de construírem juntos a "riqueza" anunciada quando dos votos de casamento, já que a pobreza se fazia presente em sua união matrimonial.

Cresci em uma casa de paredes erguidas de adobe, construída no lote de meus avôs maternos. Para que esta casa fosse feita, minha mãe dizia ter sido necessário dar um "calote" na Avon. Ela contava isto com orgulho. Dizia ter tirado dos ricos para dar aos mais necessitados, neste caso, nós mesmos.



Durante a minha infância, vi meu pai deixar o trabalho na Ultragás e chegar a líder de equipe em uma empresa representante da Singer. Quando da falência desta empresa, meu pai buscou realizar o sonho de "não ter patrão". Ele então iniciou o seu próprio negócio de comprar e vender móveis usados. Alugou uma sala no Setor Campinas e, depois de alguns meses, seu sonho havia se tornado um pesadelo. Falido e desempregado, minha mãe, agora bordadeira, passou a sustentar a casa com seu trabalho até que meu pai iniciou um novo projeto: o de representação de jóias no interior de Goiás e Tocantins.



EDUCAÇÃO PARA ASCENSÃO

Em meio a tantos projetos mal sucedidos de meu pai e pela inexistência de perspectivas futuras que pudessem se dar a partir de um porto seguro advindo do trabalho, minha mãe lutava para que eu e meu irmão pudéssemos estudar. Ela dizia que a única forma de não repetirmos as suas trajetórias seria por intermédio do estudo. Na avaliação dela, o estudo nos levaria a nos tornarmos "funcionários" do Banco do Brasil. Para ela, não havia profissão mais próspera do que a de "funcionário" do Banco do Brasil e, para alçar esse lugar, eu e meu irmão precisávamos ter o "segundo grau", hoje ensino médio.

Conforme íamos caminhando na formação, meu irmão demonstrava dificuldades para o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem. A inexistência de políticas públicas voltadas para o acolhimento de pessoas com necessidades educacionais, transformou o meu irmão em "aluno problema". Este estigma resultou em sua exclusão da escola. Meus pais, por "ignorância" gerada pelo desconhecimento, assumiram o estigma como verdade e passaram a buscar uma "profissão" para o meu irmão.

Após várias tentativas frustradas para impor uma "profissão" ao meu irmão, de "aluno problema", ele se tornou uma "pessoa problema". E na medida em que meu irmão passava pelo processo de invisibilização por sua suposta inadequação ao mundo do trabalho, eu ganhava centralidade na família como aquela que tinha a missão de trilhar o caminho da escolaridade.



Esta centralidade resultou na luta de minha mãe em criar as condições para que eu seguisse nos estudos e pudesse não apenas terminar o "segundo grau", mas, quem sabe, chegar na universidade, a exemplo de um primo dela.



A não priorização da Educação pelo Estado, fez minha mãe duvidar do compromisso formativo da rede pública de ensino e, com isto, lutar pela conquista de bolsa na rede privada para a preparação ao vestibular. Após a conclusão do meu ensino fundamental profissionalizante na Escola Técnica de Comércio de Campinas, em Goiânia, fui matriculada, com bolsa, em meu primeiro ano, do chamado segundo grau, em uma escola privada. Aquela matrícula foi para minha mãe a certeza de que eu chegaria à universidade e me tornaria a sua filha médica. Todavia, esta certeza logo foi abalada. Com a separação de meus pais e com o adoecimento de minha mãe, tive que deixar os estudos e me inserir no mundo do trabalho para garantir as condições mínimas de sobrevivência de minha mãe e de meu irmão.

O TRABALHO PRECARIZADO

Como tinha apenas o ensino fundamental, com a ajuda do meu tio, fui trabalhar num supermercado como auxiliar de caixa. Ali descobri um mundo completamente novo, em que a escola e, por consequência, os estudos não se apresentavam como expectativas.

Na verdade, a escola e os estudos eram vistos pelos meus colegas quase sempre como algo que apenas pertenciam aos filhos dos proprietários do supermercado em que trabalhávamos. Esta ideia me atormentava porque, de um lado, contrastava com as defesas que minha mãe fizera até então e, de outro, me colocava diante de uma imagem invertida e de não reconhecimento identitário com os filhos dos proprietários do supermercado.

Conforme o tempo passava e eu me familiarizava com os códigos, os hábitos e o cotidiano daquele pequeno grande mundo do trabalho do supermercado, eu ia sendo convencida de que a escola e os estudos eram de fato território apenas dos filhos dos proprietários do supermercado.



Enquanto eu me convencia de que a escola e os estudos não eram mais um lugar para mim, minha mãe se recuperava. Tão logo recuperou a saúde e voltou ao trabalho como bordadeira, ela me matriculou na mesma escola privada de antes, graças à garantia de continuidade da oferta de bolsa para a conclusão do então segundo grau.



De posse da certificação de conclusão do segundo grau, após a não aprovação no vestibular para medicina na UFG, busquei, mais uma vez, trabalho no supermercado. Uma vez contratada, passei ao desafio da conciliação entre trabalho e estudo. Tornei-me aluna de cursinho do período noturno. Numa noite qualquer, enquanto assistia aula de Geografia, mal sabia que uma das falas do professor mudaria por completo os meus projetos. Durante sua aula, ele se dirigiu à turma com mais de 60 alunos trabalhadores para pautar a perversidade da lógica excludente na qual estávamos - e ainda estamos - imersos e de como essa lógica, apesar de ser sentida individualmente, constituía-se numa relação de forças expressas na nossa condição de classe trabalhadora.

A MUDANÇA DE PERSPECTIVA

Naquela noite, eu fui levada não somente a refletir sobre a necessidade de me colocar na condição de classe trabalhadora, mas também a compreender que os desafios a serem superados para conseguir uma vaga num curso superior historicamente cursado pela elite se faziam muito além do simples domínio de conteúdos das diferentes disciplinas.

Na medida em que tomava consciência e me subjetivava a partir da minha condição de classe trabalhadora, eu me afastava do distante sonho de cursar medicina e me aproximava da real possibilidade de ser professora, a exemplo de minha madrinha.



E foi assim que me inscrevi e fui aprovada no curso de bacharelado e licenciatura em História, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, câmpus de Franca/SP, no ano de 1997.



A inscrição, a viagem para Franca/SP e o primeiro mês na universidade foram viabilizadas por meio do recebimento de doações de familiares e amigos e da venda de uma bicicleta usada.

Dada a minha vulnerabilidade socioeconômica, o meu primeiro contato como aluna matriculada na UNESP/Franca foi com a assistente social. O setor de assistência estudantil da instituição me colocou em diálogo com os alunos da Moradia Estudantil - que muito gentilmente me acolheram - e me orientou sobre o processo de inscrição nos editais para solicitação de vaga na moradia e de auxílio estudantil.

Fui contemplada com ambos os editais. Ao me apresentar para assumir a vaga na Moradia Estudantil, fui encaminhada para uma casa alugada pela instituição para este fim. Tal casa ficava a cerca de três quilômetros do câmpus, os quais tínhamos que percorrê-los a pé. Para além da distância, o que chamou a atenção foram as condições inadequadas para abrigar os dez alunos que haviam sido contemplados no edital.

Movida então pela defesa de que se fazia necessária a viabilização por parte da instituição de uma outra residência para abrigar os estudantes contemplados com moradia estudantil, iniciei minha participação no movimento estudantil. A mobilização em torno da busca por outra moradia em substituição à que nos foi apresentada pela instituição resultou na conquista de uma casa, mais próxima da universidade, em melhores condições estruturais para abrigar a todos nós com certo conforto e com a possibilidade de ampliação de mais sete vagas. Esta ampliação de vagas permitiu atender a lista de espera que se apresentava até então represada em face do número de demandas ter sido maior que o da oferta.



ASSISTÊNCIA E MOVIMENTO ESTUDANTIL



Durante os quatro anos de graduação, tornei-me uma atuante em causas relacionadas à assistência estudantil, militei no movimento estudantil, representando o coletivo em congressos estudantis como o da União Nacional dos Estudantes - UNE, participei de conselhos e colegiados da instituição como representante dos estudantes.

Além da atuação política no espaço da UNESP, aproximei-me do Sindicato dos Sapateiros. Afinal, estava em uma cidade que se constituía em um dos maiores polos de produção calçadista e, à época, vivia uma crise sem precedentes, marcada pela ofensiva patronal que se fazia sentir no ataque aos empregos, salários e direitos dos trabalhadores.

A aproximação com o Sindicato dos Sapateiros levou-me ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, espaço em que os estudantes da UNESP atuaram, em colaboração com o Sindicato dos Sapateiros, no processo de alfabetização de crianças e na oferta de cursos de formação política.

O CAMINHO DA PESQUISA

Concomitante a esta atuação política, foi na pesquisa que encontrei um motivo a mais para dar continuidade ao curso de História. Logo no meu primeiro ano de faculdade, fui aceita em projeto de pesquisa e atuei como bolsista CNPq. Findado o projeto, iniciei outra pesquisa associada ao tema movimentos sociais, mas agora financiada pela FAPESP. Dos quatro anos em que estive na graduação, três foram pesquisando e contando com o financiamento de bolsas de iniciação à pesquisa.

Se, por um lado, essas bolsas me conduziram por um caminho de estudos árduos e me influenciaram e me forjaram enquanto pesquisadora - que mais tarde se embrenharia nas pesquisas em nível de pós-graduação -, por outro, elas garantiram a minha subsistência e da minha família, já que esta contava com minha ajuda para seu sustento.



Mas é preciso que se frise que, para tornar possível essa experiência de pesquisa, foi fundamental o auxílio estudantil nos primeiros meses de meu ingresso no curso de História.



Nos três anos em que estive vinculada aos projetos de iniciação à pesquisa, participei, fosse como colaboradora na organização, fosse como inscrita para apresentação de trabalhos, em vários eventos e congressos científicos, resultando na experiência de publicações de resumos e resumos expandidos. Essa vivência como pesquisadora de iniciação científica na graduação acabou preparando o terreno para que pudesse vislumbrar a entrada no mestrado.

MESTRADO ADIADO E O INÍCIO DO TRABALHO COMO PROFESSORA

Embora tivesse o projeto de pesquisa finalizado para me inscrever no processo seletivo do Mestrado em História, questões familiares exigiram o meu deslocamento para Goiânia e, consequentemente, o adiamento do meu processo formativo. Retornei para Goiânia, no ano de 2001, e iniciei a busca por trabalho na Secretaria Estadual de Educação - SEE como professora contratada, tendo no currículo apenas a experiência de ensino anterior ligada à minha atuação em um projeto de educação popular.

Na condição de professora contratada do Estado, trabalhei por quatro meses seguidos sem receber o salário do qual fazia jus. Ao constatarem que eu caminhava um longo trajeto a pé e sozinha para casa, após o encerramento das aulas, em razão de não possuir condições para pagar a passagem de ônibus, meus alunos do período noturno me surpreenderam em uma noite ao deixarem sobre a mesa de professores sua contribuição: um "passe" de ônibus, que equivale ao pagamento da passagem para uso do transporte coletivo. Enquanto aquele ato solidário de trabalhador para trabalhador se materializava diante de mim, eu era inundada de sentimentos conflituosos: ao mesmo tempo em que me sentia grata ao constatar tamanha solidariedade, senti-me indignada pelo fato de aqueles alunos assumirem a responsabilidade da resolução de uma questão relacionada à precarização do trabalhador que era fundamentalmente de competência do contratador, ou seja, o Estado.



Transcorridos esses quatro meses, comecei a receber o meu primeiro salário como professora. Este salário chegou tarde demais para eu atender às demandas familiares que me fizeram adiar, no início do ano de 2001, o projeto de inscrição no mestrado.



Assim, o sentido da minha volta à Goiânia havia sido esvaziado e foi, então, que decidi retornar a Franca do Imperador/SP para seguir a minha trajetória formativa. Ingressei no Programa de Pós-Graduação em História da UNESP/Franca, no ano de 2002, com bolsa da CAPES. O tema da pesquisa relacionava-se à história das ideias e dos intelectuais, tendo por centralidade o modo pelo qual estes conduziram sua atuação no campo político-partidário.

Concluídos os 24 meses de financiamento da pesquisa pela CAPES, em razão dos desafios impostos à conciliação da vida acadêmica e das questões familiares advindas da vulnerabilidade socioeconômica, vi-me diante da não finalização da escrita da dissertação e sem condições materiais e objetivas para me manter até a conclusão da escrita. Diante desta situação, três amigas, tomadas pela preocupação de que meu retorno à Goiânia, combinado com as demandas familiares, pudesse inviabilizar minha dedicação à escrita, se dispuseram a viabilizar as condições materiais e objetivas para a conclusão de meu mestrado.

O apoio dessas três amigas se tornou fundamental para a constituição do chão para eu trilhar os caminhos que me levariam mais tarde ao IFG. Feita a defesa da dissertação de mestrado em dezembro de 2004, a condição de desempregada me trouxe de volta para a casa de minha mãe. Ao chegar em Goiânia, me inscrevi no processo seletivo para professor substituto em História do Brasil, na Universidade Federal de Goiás - UFG, sendo aprovada em primeiro lugar.

Atuei como professora substituta no Departamento de História, na então Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, da UFG, entre os anos de 2005 e 2006. Enquanto estive vinculada ao referido departamento, além das atividades de ensino obrigatórias ao contrato, assumi várias orientações de trabalho de conclusão de curso, bem como colaborei na organização de eventos e congressos locais, nacionais e internacionais. Do mesmo modo, participei de dois mandatos da Diretoria da Associação Nacional de História Regional Goiás - ANPUH-GO, na condição de primeira tesoureira.



O trabalho que desenvolvi no Departamento de História da UFG levou ao convite para atuar no curso Especialização em História Cultural: identidade, poder e imaginário (2006 a 2008), no curso de História da Pontifícia Universidade Católica - PUC (2006 a 2008 e, depois, 2009 a 2010) e no curso de Gestão das Organizações da Beleza, da Universidade Estadual de Goiás - UEG (2006 a 2007).



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2009 A 2011 - GESTÃO DE ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

A partir de 2008, passei a focar minha atuação no ensino superior combinada com a atuação na educação básica. Para além das minhas atribuições ligadas ao ensino e à pesquisa, quando de minha entrada em exercício na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Goiânia - SME, fui lotada na Assessoria de Elaboração Orçamentária e Planejamento desta secretaria, entre 2009 e 2011. Nesta assessoria, trabalhei diretamente com o planejamento e a execução orçamentária para a manutenção das unidades escolares e administrativas constitutivas da SME.

Dentre as atividades de responsabilidade desta assessoria e por mim executadas, destacam-se: i) a análise da regularidade e da legalidade dos processos de despesas para indicação da dotação orçamentária; ii) construção de relatórios, quadros demonstrativos e outros documentos e informações necessárias com vistas à consolidação da execução do orçamento da SME; iii) prestação de auxílio no processo de acompanhamento da programação financeira e orçamentária.

Esta experiência me proporcionou uma visão para além das paredes que delimitam a sala de aula e a atuação docente; ela me colocou diante da oportunidade de trabalhar diretamente com a gestão orçamentária das diferentes unidades escolares e administrativas da SME.







Concomitantemente, em 2010, ingressei como professora efetiva da área de História na Universidade Estadual de Goiás/unidade de Jussara. O ingresso como professora efetiva na UEG colocou-me diante da necessidade de retomar o meu processo formativo.

Nesta ocasião, me inscrevi e fui aprovada no curso de Doutorado em História, do Programa de Pós-graduação em História, da Universidade de Brasília - UnB, com um projeto cujo tema era História e Historiografia Brasileira, tendo por objeto de pesquisa as produções históricas de Boris Fausto, realizadas ao longo das décadas de 1960 e 1970, sob o recorte da História do Brasil República.

A difícil conciliação entre a condição de estudante pesquisadora e a de trabalhadora da educação, com vínculos com a SME, a UEG, a PUC e a atuação nas instituições de ensino privada, colocou-me diante da necessidade de buscar melhores condições de trabalho no regime de Dedicação Exclusiva - DE. Em face das restrições institucionais colocadas, à época, para alçar o regime de trabalho DE na UEG, isto levou-me a buscar novas oportunidades de concurso público em instituições da rede federal, posto que esta se pauta na defesa da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Diante de minha trajetória profissional, em que a atuação no ensino superior foi conjugada com a na educação básica, encontrei no projeto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG uma possibilidade de dar continuidade a um caminho já trilhado. E, assim, me inscrevi no edital de concurso para professor(a) efetivo(a) no final de 2010, tendo sido aprovada para o concurso de docente, regime de trabalho DE, na área de História, e convocada para tomar posse no ano de 2011.



A CHEGADA AO IFG



Em 15 de agosto de 2011, entrei em exercício no IFG, câmpus Goiânia. Interessante destacar que, enquanto me apresentava na Coordenação de Recursos Humanos e Assistência ao Servidor - CRHAS do câmpus Goiânia, acontecia uma assembleia promovida pelo SINTEF-GO, tendo por pauta a deflagração ou não de um movimento paredista que se colocava como alternativa à resistência do processo de precarização das condições de trabalho e à defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

Dessa forma, as minhas primeiras experiências como professora do IFG se deram marcadas pelo movimento grevista, pela participação na organização da I Semana de Licenciatura em História do IFG e pela atuação no Núcleo Docente Estruturante - NDE que, à época, estava envolto ao processo de reconhecimento de curso do Ministério da Educação - MEC.

Em novembro de 2011, assumi a coordenação de área do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID pela Licenciatura em História e, assim, continuei trabalhando no programa até julho de 2017. Ao longo do período em que estive cursando o doutorado, busquei conciliar a pesquisa, a minha atuação no ensino, o acompanhamento dos bolsistas do PIBID e a minha atuação nas instâncias colegiadas da instituição. Fui representante docente no Conselho Departamental do Departamento de Áreas Acadêmicas I – DAA I, do câmpus Goiânia e, na condição de membro do NDE, para além do processo de reconhecimento de curso, colaborei na reformulação do Projeto Pedagógico de Curso - PPC da Licenciatura em História em duas ocasiões, em 2015 e em 2018.

Logo após a defesa da tese de doutorado, em fevereiro de 2016, assumi a Coordenação do Curso de Licenciatura em História, momento em que também exerci um protagonismo no debate de construção das diretrizes dos cursos de licenciaturas do IFG, ocorrido no Fórum de Licenciaturas, e comecei a ministrar aulas no curso de Especialização em Políticas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica.





A CHEFIA DE DEPARTAMENTO

Em maio de 2017, após vacância da função de Chefia de Departamento do DAA I, membros do Conselho Departamental solicitaram que eu colocasse o meu nome à disposição da função. No presente momento, permaneço na função, depois de ser reconduzida à Chefia pelo processo eleitoral, ocorrido em 2019.

O DAA I é atualmente o maior departamento integrante do IFG no que diz respeito ao número de servidores docentes, contando com 123 professores(as) e 13 técnico(a)-administrativos(as). A estrutura organizativa do departamento conta com cinco Coordenações de Áreas Acadêmicas, oito Coordenações de Curso nos diferentes níveis e modalidades, duas Coordenações de Apoio Administrativo, além do Teatro, do Almoxarifado de Música e dos Laboratórios, atendendo cerca de 1200 alunos matriculados.

Minha atuação como chefe de departamento está pautada em algumas premissas, das quais destaco: i) a priorização do planejamento como meio de organização da gestão a partir de objetivos e ações, bem como de antecipação das demandas e da indução de ações que viabilizem a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão; ii) a construção das ações inerentes ao departamento a partir de projetos; iii) o diálogo e escuta permanente com servidores(as) e estudantes; iv) a atuação da gestão acadêmica e administrativa a partir da interação e apoio dos demais setores que integram a estrutura organizativa do câmpus; v) a gestão de conflitos; vi) a reorganização dos espaços internos ao departamento, visando uma melhor apropriação e aproveitamento desses espaços; vii) a centralidade do pedagógico e, com ele, a importância do fortalecimento do lugar da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente - CAPD na relação com as demais coordenações que integram o organograma do departamento de áreas acadêmicas; viii) o compromisso e a defesa das políticas públicas educacionais; ix) a construção de políticas e ações institucionais, ambas concebidas a partir do princípio inalienável da educação pública, gratuita, de qualidade, laica, inclusiva e socialmente referenciada.



Nas instâncias colegiadas e nos debates institucionais, busco pautar minhas intervenções alicerçadas no conhecimento dos documentos e dos regramentos dispostos em legislação nacional e institucional, em princípios sólidos, no respeito à diferença e ao diferente, na defesa da consolidação de uma cultura democrática e participativa.



PLURALIDADES, CONTRADIÇÕES E CONSTRUÇÕES DIALÓGICAS

Reconheço que somos plurais, que herdamos contradições próprias ao processo de consolidação da educação profissional e tecnológica e de expansão da rede federal, que estamos imersos em um campo de disputas de projetos. Disputas estas que quase sempre geram embates.

Da minha perspectiva, estes embates precisam ser enfrentados de forma transparente e respeitosa no espaço público de nossa instituição, permitindo, assim, que o contraditório assuma a centralidade do processo de construção dialógica. Afinal, somos uma instituição de educação e todo debate institucional deve ensejar o processo formativo.

Meu contato com as realidades dos câmpus e da Reitoria se fez - e se faz - a partir dos debates ocorridos nos espaços do Fórum de Licenciatura, do Conepex, e em particular na Câmara de Ensino, bem como no do Congresso Institucional e no dos incontáveis Grupos de Trabalho - GT dos quais tenho participado com vistas à construção e à consolidação de nossa instituição.

Nessas ocasiões e naquelas em que, na condição de Coordenadora de Curso ou de Chefe de Departamento, recepcionei professores(as) efetivos(as) e/ou substitutos(as), tenho sido coroada com a grata satisfação de reencontrar antigos(as) alunos(as) e perceber que contribui para suas formações no ensino superior, especialmente, quando identifico em suas práticas, valores e princípios ligados à defesa de uma educação pública, gratuita, de qualidade, democrática, inclusiva e diversa.







Nos últimos cinco anos, dediquei-me ao estudo de nossa instituição, colaborando para a elevação do nível de qualificação dos debates institucionais ocorridos nesses espaços de gestão colegiada e democrática do IFG.

Em minha trajetória institucional, conforme já apontado, os lugares de gestão que ocupei e ocupo surgiram, de um lado, em consequência da defesa de um projeto político de educação que se realize por intermédio de uma educação inclusiva, baseada na formação integral e emancipatória em todos os níveis e modalidades de ensino, do cumprimento da função social do IFG, da gestão democrática e da democracia participativa, do compromisso com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, os lugares de gestão emergiram numa relação direta com o percurso trilhado por mim nas instâncias colegiadas de nossa instituição.

Assim sendo, e buscando coerência no fato de que o percurso de participação nas instâncias institucionais me alçaram aos lugares de gestão, apresento-me aqui como candidata à Reitora em nome do Movimento IFG Plural.

Movimento este que nasceu do chão da nossa escola e ecoou várias vozes deste mesmo espaço de experiência. Vozes estas desejosas e comprometidas com a construção de um chão capaz de expressar a pluralidade que envolve a nossa constituição histórico-sócio-cultural e econômica e o compromisso com a classe trabalhadora e a ampliação do acesso e da interlocução com as camadas populares.

Esse programa se propõe a apresentar o chão da escola que queremos trilhar na relação com as várias vozes. Afinal, se o chão da escola que queremos é o nosso horizonte de expectativa, as várias vozes se constituem no nosso espaço de experiência.







Para que possamos definir os rumos da candidatura, faz-se necessário estabelecermos um chão, isto é, uma base que se configure como ponto de partida e apoio para traçarmos o caminho que desejamos percorrer não apenas durante a campanha, mas, sobretudo, nos quatro anos de gestão. Esta base constituir-se-á nos princípios pétreos que orientarão as defesas, os compromissos, as políticas e as ações desta candidatura. São eles:

- 1. Defesa da educação pública, gratuita, de qualidade, laica, inclusiva e socialmente referenciada;
- 2. Luta permanente em defesa da manutenção da autonomia curricular, pedagógica, administrativa e financeira;
- 3. Compromisso e defesa dos documentos institucional e democraticamente constituídos;
- 4. Respeito à democracia e aos processos de escolha pela comunidade acadêmico-escolar de seus(uas) dirigentes, gestores(as) e representantes;
- 5. Compromisso com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como com projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão que estejam pautados pelas demandas e pelos arranjos produtivos e socioculturais das comunidades locais e regionais, comprometidos com o acesso, a inclusão social e com a geração de oportunidades e melhoria das condições de vida das camadas populares;
- 6. Cumprimento da função social do IFG a partir de sua atuação no desenvolvimento regional, no combate às desigualdades e no diálogo permanente com a sociedade por meio das representatividades do movimento político-social;
- 7. Defesa de uma educação inclusiva, baseada na formação integral e emancipatória em todos os níveis e modalidades de ensino e comprometida com: i) a Política de Promoção da Igualdade Étnico-Racial; ii) uma política educacional anticapacitista; iii) políticas institucionais que desenvolvem relações humanas mais equitativas, superando desigualdades étnico-raciais e de gênero e respeitando as diversidades culturais e sexuais; iv) ações de combate a toda e qualquer forma de ataque aos direitos humanos;



8. Garantia da efetivação do direito de liberdade de manifestação, expressão e organização coletiva e representativa dos três segmentos que integram a comunidade acadêmico-escolar do IFG;



- 9. Defesa da garantia e ampliação dos direitos conquistados pelos(as) trabalhadores(as), bem como da construção de relações de trabalho que se afirmem no diálogo e escuta permanentes e na atenção à qualidade de vida e de saúde do(a) trabalhador(a);
- Compromisso com as pautas dos(as) estudantes e com a interlocução com as organizações estudantis que integram a comunidade acadêmico-escolar do IFG;
- 11. Combate a todo e qualquer tipo de violência, pautado na formação educativa e preventiva.

UM CHÃO A PERCORRER

O **Movimento IFG Plural** emerge da conjunção de diferentes e diversas vozes, desejosas e comprometidas com a construção de um chão para o IFG capaz de expressar a pluralidade que nos constitui e o compromisso com a classe trabalhadora e a ampliação do acesso e da interlocução com as camadas populares.

Do mesmo modo, o **Movimento IFG Plural** surge da inquietação e da insatisfação de diferentes sujeitos pertencentes aos segmentos que compõem a instituição diante da situação atual, tanto interna quanto externa ao IFG, bem como da deflagração do processo para eleição dos(as) gestores(as) dos câmpus e da reitoria.

Forjado nos debates e na participação coletiva, o presente projeto emerge dessas várias vozes e das discussões desses sujeitos envolvidos nas práticas da instituição, os quais compreendem essas práticas conectadas e não fracionadas. Sob essa perspectiva, o **Movimento IFG Plural** procurou construir um plano de ação que se alicerçasse não em torno dos quatro eixos já consagrados no espaço institucional, ensino, pesquisa, extensão e gestão, e comumente pensados de forma estanque e com suas partes desconectadas umas das outras, mas sim a partir de novos eixos que dessem conta da transversalidade necessária às ações inerentes ao tripé ensino-pesquisa-extensão, responsáveis por interligar os diferentes setores da instituição.



Das reflexões e discussões do coletivo, emergiram sete (07) eixos programáticos e os compromissos inerentes a cada um deles, os quais são apresentados a seguir.



EIXO 1 - GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Neste eixo, pautamos pela perspectiva do fortalecimento das instâncias institucionais como meio para a promoção e ampliação da participação da comunidade interna e representação da sociedade civil e popular nos debates e decisões que definem os rumos do IFG. Destacamos aqui o compromisso com as decisões colegiadas, expressas nos documentos institucionais, como também com o desenvolvimento de novas vias de discussão pautadas pela transparência, pela descentralização e pela participação dos segmentos que integram a comunidade acadêmico-escolar com vistas à identificação de seus anseios e de suas demandas.

- Consolidação e fortalecimento de uma cultura democrática e participativa nas diversas instâncias colegiadas e nos demais espaços de debates institucionais do IFG;
- Transparência nos processos decisórios e garantia de que ocorram nos espaços das instâncias institucionais representativas;
- Construção de uma cultura acadêmico-escolar de pertencimento à Instituição e de consolidação de sua função social, que irá fomentar a participação de todos os segmentos na luta e defesa da instituição;
- Ampliação dos canais de comunicação e constituição de novas formas de participação da comunidade para qualificação dos debates dentro e fora dos colegiados institucionais;
- Valorização de práticas políticas capazes de fazer frente às ações e discursos do tipo populista e/ou clientelista;
- Comprometimento com as conquistas históricas das autonomias administrativa, financeira, orçamentária, patrimonial e pedagógica diante dos retrocessos postos na atual conjuntura.



EIXO 2 - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMANCIPATÓRIA



Este eixo foca-se na compreensão da educação e da formação na perspectiva da emancipação dos sujeitos alicerçada numa prática educativa libertadora e de cunho popular. Trata-se da defesa de um projeto de educação omnilateral que integra outras dimensões indispensáveis à formação profissional, identidade primeira da instituição. Nesse sentido, contrapomos-nos a toda e qualquer perspectiva político-ideológica que naturaliza as desigualdades sociais e estimula o individualismo. Concebemos o conhecimento produzido pela humanidade como fruto de esforço coletivo, de tal forma que a arte, a ciência e a tecnologia devem estar acessíveis, no seu mais elevado nível, aos(às) nossos(as) estudantes. Essa é uma dimensão emancipatória que visa garantir o acesso ao patrimônio cultural produzido pela humanidade e refuta qualquer proposta reducionista de atendimento de demandas imediatas do mercado.

- Garantia de uma formação emancipatória que contribua para o desenvolvimento das diferentes dimensões humanas, por meio da apropriação crítica e contextualizada dos saberes e conhecimentos, refletindo e implementando políticas que aprofundem o seu caráter integrador;
- Fortalecimento dos diferentes níveis e modalidades de ensino, que definem o referencial social como identidade do IFG, por meio de ações pautadas pela indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e, do mesmo modo, por meio da valorização do trabalho, da ciência, da tecnologia, da arte e da cultura no processo de construção de uma instituição diversa e plural;
- Promoção de momentos de formação que reforcem o caráter sociopolítico da educação;
- Construção e promoção de uma política de utilização e revitalização dos espaços físicos como espaços culturais de convivência e descanso;
- Redimensionamento da educação a distância a partir de uma perspectiva crítica, fundamentada numa formação integral e comprometida com o currículo dos cursos ofertados pelo IFG;
- Estabelecimento de políticas de curricularização e valorização da extensão a partir de estreito diálogo com a comunidade interna e com os movimentos sociais.



EIXO 3 - RESPEITO À DIVERSIDADE E PROMOÇÃO DA IGUALDADE

Este eixo configura-se como um reconhecimento dos diferentes sujeitos e dos diversos grupos que compõem a sociedade da qual fazemos parte e a comunidade do IFG. Uma diversidade que nos atravessa e nos constitui e que, por tal motivo, deve orientar a dinâmica dos métodos e dos processos institucionais. Dessa forma, esse reconhecimento da diversidade se consagra em uma nova postura perante as ações da instituição, que não deve visar a inclusão dos sujeitos em uma dinâmica já existente, sob o risco de promover ações inclusivas que constituam novas exclusões, mas transformar as dinâmicas sociais e institucionais a partir dos diálogos com as demandas variadas que envolvem os processos educativos da instituição.

- Inclusão social, pautada na igualdade, no respeito, na solidariedade, bem como na participação igualitária de todos os sujeitos envolvidos no processo formativo;
- Respeito aos Direitos Humanos, pautado na dignidade de todos e todas, na liberdade de opinião e de expressão e no respeito mútuo;
- Respeito à diversidade, fundamentado nos princípios da igualdade nas relações sociais, étnicos-raciais e de gênero e no reconhecimento e respeito às diferenças;
- Organização das políticas institucionais, baseada na noção de diversidade e nas demandas dos diferentes grupos que compõem a instituição;
- Promoção da diversidade e respeito à diferença com o fortalecimento e o reconhecimento dos coletivos que compõem a comunidade acadêmicoescolar do IFG;
- Respeito e salvaguarda dos diferentes saberes que contribuem para a ampliação das trocas culturais;
- Defesa e manutenção das políticas de ação afirmativa na forma de cotas, como expressão da expansão da representatividade social na comunidade acadêmico-escolar do IFG;
- Combate permanente ao negacionismo e aos discursos anticientíficos;
- Aperfeiçoamento das políticas de ingresso, de permanência e de acompanhamento de egressos;

 Fortalecimento dos setores que lidam diretamente com as vulnerabilidades socioeconômicas e com as necessidades educacionais específicas de nossos(as) estudantes, tais como os NAPNEs (Núcleos de Assistência às Pessoas com Necessidades Especiais) e as CAEs (Coordenações de Assistência Estudantil);



- Fortalecimento da Comissão Permanente de Políticas de Promoção da Igualdade Étnico-Racial e garantia do cumprimento de sua finalidade institucional:
- Combate à todas as formas de racismo, sexismo, classismo, LBGTQIA+fobia, e quaisquer outras formas de discriminação, intimidação e violência;
- Articulação entre o combate à desigualdade, as ações afirmativas e a promoção da inovação na pesquisa e na extensão tecnológica, com foco na humanização e democratização da ciência e da tecnologia.

EIXO 4 - PRESENÇA E PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE

Com este eixo, objetiva-se evidenciar a importância do fortalecimento da presença e participação do IFG na sociedade, o que se define tanto pelo acolhimento e atendimento das demandas sociais quanto pela proposição de ações que promovam transformação nos espaços de atuação da Instituição. Além disso, este eixo pauta-se pela necessidade de o IFG constituir espaços permanentes de comunicação com as populações do entorno de cada Câmpus, bem como participar no fortalecimento dos canais, institucionais e/ou comunitários, em atividade.

- Ampliação dos diálogos com a comunidade acadêmico-escolar e com o poder público, o setor produtivo, os grupos sociais e os movimentos culturais;
- Efetivação das políticas de descentralização da comunicação, com foco na divulgação de ações institucionais e no reconhecimento público da Instituição;
- Fortalecimento e promoção de projetos de cunho social, resultantes da identificação das demandas advindas da consulta à sociedade;
- Valorização e popularização do conhecimento produzido na/pela instituição como meio de transformação social;



 Construção e implementação de um projeto popular de educação capaz de reafirmar a importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para as comunidades nas quais os câmpus do IFG se fazem presentes;



 Promoção de projetos institucionais que cumpram a função social e consolidem o papel do IFG no desenvolvimento (socioeconômico e cultural) regional e local.

EIXO 5 - CONSOLIDAÇÃO DA EXPANSÃO DO IFG

Neste eixo, busca-se destacar a importância da discussão em torno da consolidação dos câmpus do IFG e do enfrentamento contra práticas institucionais que naturalizam a hierarquia e as dinâmicas concorrenciais entre os câmpus. A consolidação da expansão do IFG passa tanto pela estruturação física quanto pelo dimensionamento de pessoal, tidos como essenciais para que a instituição como um todo efetive seus compromissos e suas potencialidades. Diante das graves ameaças às instituições públicas de ensino, reforça-se a necessidade de ações em defesa dessa consolidação e do enfrentamento das contradições inerentes ao processo de expansão da rede, com o intuito de cumprir os objetivos institucionais pautados pela identidade de uma instituição pública, gratuita, laica, inclusiva e socialmente referenciada.

- Consolidação da implantação dos câmpus e da nova sede da reitoria do IFG, tomando por base o diálogo atento às demandas e necessidades, tanto no aspecto estrutural quanto de pessoal, dessas unidades;
- Constituição de uma cultura organizacional no IFG que referende uma identidade institucional e que não perca de vista as singularidades de cada câmpus;
- Reafirmação dos princípios básicos da lei de criação dos Institutos e, a partir da estrutura multicampi que constitui o IFG, promoção do fortalecimento do processo de interiorização da oferta educacional, pautada nas demandas socioprodutivas locais e populares;
- Planejamento de ações para o enfrentamento das contradições e superação dos desafios que se constituíram no processo de expansão da Rede Federal;



 Superação da gestão político-administrativa da reitoria centrada na região metropolitana, com vistas a refletir a identidade institucional a partir da valorização da realidade multicampi do IFG;



- Enfrentamento permanente contra políticas, projetos e ações de subordinação da instituição a interesses e práticas privatistas que ferem seus princípios basilares;
- Prontidão para o confronto contra ações políticas, internas e externas, que impõem riscos, dentre outros: i) à efetividade da autonomia institucional, ao caráter público e gratuito dos Institutos Federais; ii) à democratização de acesso e conclusão com êxito dos/das estudantes oriundos das camadas populares; iii) às conquistas históricas da classe trabalhadora como um todo e dos/das trabalhadores/as da educação, em específico; iv) às conquistas relativas às mobilizações estudantis.

EIXO 6 - CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO

Este eixo centra-se na perspectiva da construção de relações com/entre os servidores e intra/entre segmentos que compõem a comunidade acadêmico-escolar do IFG, alicerçadas na escuta e na atenção à qualidade de vida, à saúde, às condições concretas de trabalho e à formação dos trabalhadores técnico-administrativos, docentes e terceirizados. A escuta e a atenção a estes aspectos são aqui evidenciados como fundamentais à garantia da qualidade da prestação do serviço público como compromisso institucional. Além disso, defende-se a efetivação de direitos anteriormente conquistados e ligados às carreiras de técnico-administrativos e docentes, que atendam tanto ao amparo às demandas dos indivíduos que desempenham tais funções, quanto ao respeito e incentivo à criação e manutenção de seus espaços de organização de classe.

- Comprometimento com as pautas e conquistas históricas dos direitos dos trabalhadores;
- Consolidação de uma política de promoção e prevenção da saúde do servidor;
- Engajamento na defesa de uma ética histórico-ontológica de desenvolvimento da coletividade que não se reduza às dimensões instrumentais e moralistas;



 Valorização do trabalhador no processo de enfrentamento das contradições inerentes à expansão da rede, resguardando a defesa da qualidade de vida e da saúde do servidor como fundamentais ao cumprimento da função social da instituição;



 Proteção e acolhimento das pluralidades e das diferenças intra/entre segmentos que compõem a dinâmica do cotidiano institucional.

EIXO 7 - ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES E ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Com este eixo, pretende-se demarcar reflexões a respeito do acesso, da permanência e do êxito dos(as) estudantes e da (re)aproximação e do envolvimento dos(as) egressos(as) com a instituição a partir de três dimensões: acolhimento, integração e acompanhamento. Entende-se que, para que a relação do(a) estudante com a instituição se efetive e se torne exitosa, seja na condição de estudante com matrícula ativa ou como aluno(a) egresso(a), é preciso voltar a atenção para ações que ocorram desde o momento anterior ao ingresso deste(a) estudante na instituição e que se prolonguem para além do instante de sua certificação. Do mesmo modo, faz-se necessário que o planejamento destas ações sejam conduzidas pelas demandas constituídas na realidade institucional e com esta comprometidas, não se apresentando apenas como respostas ao atendimento das determinações impostas por instâncias e/ou órgãos externos ao IFG.

- Constituição de uma política institucional, pautada em estudos e pesquisas, capaz de criar uma cultura em que todos(as) se sintam comprometidos(as) e atuantes na condução do processo de pensar e realizar o acesso, a permanência e o êxito dos(as) estudantes, bem como com a efetivação da (re)aproximação e do envolvimento dos(as) egressos(as) com a instituição;
- Consolidação da Política de Permanência e Êxito, envolvendo os setores acadêmicos e administrativos e os segmentos que compõem o IFG, especialmente, o segmento discente;
- Redimensionamento da Política de Assistência Estudantil de forma a viabilizar novas estruturas que congreguem as pluralidades e singularidades do segmento discente;



 Efetivação e atualização (da minuta) da Política de Ingresso e aprimoramento das ações que envolvam o acesso ao IFG, com vistas a tornar a instituição mais democratizada, com maior visibilidade e reconhecimento pela sociedade;



- Efetivação de projetos e ações voltadas para a (re)aproximação e o envolvimento dos(as) egressos(as) com a instituição, com vistas a constituir um processo de conhecimento, avaliação e acompanhamento do processo formativo oferecido pela instituição, tendo como foco o exaluno e sua realidade profissional e acadêmica;
- Promoção do entrecruzamento entre a Política de Permanência e Êxito e os resultados das ações voltadas ao egresso, com vistas a subsidiar ações para aplacamento dos índices de evasão;
- Ampliação dos mecanismos de promoção da permanência e de êxito voltados especificamente aos estudantes pretos, pardos, indígenas, quilombolas e comunidade LGBTQIA+.

UMA CANDIDATA: MÚLTIPLAS VOZES

O projeto político-institucional que esta candidatura se coloca disposta a representar se fez, inicialmente, a partir da delimitação de seu chão, que emergiu como ponto de partida e apoio à construção do caminho a ser percorrido nos próximos quatro anos de gestão à frente da reitoria do IFG.

A construção deste caminho partiu da definição de princípios que orientaram a proposição de sete (7) eixos programáticos e, por consequência, de compromissos inerentes a cada um deles.

A proposta de cada um desses eixos esteve pautada, conforme anteriormente demarcada, pela transversalidade necessária às ações inerentes ao tripé ensino-pesquisa-extensão, responsáveis por interligar os diferentes setores da instituição.

Definido o nosso chão e o caminho que nele desejamos percorrer, a partir da escuta dialógica com as várias vozes que integram a comunidade acadêmico-escolar do IFG e das discussões desses sujeitos envolvidos nas práticas da instituição, passa-se ao estabelecimento de compromissos de gestão assumidos por esta candidatura e, em seguida, à apresentação do plano de ação.



i) COMPROMISSOS DE GESTÃO DESTA CANDIDATURA



- Efetivação de uma gestão propositiva de políticas, projetos e ações institucionais e não meramente executora de políticas públicas, pautandose pelo planejamento como caminho principal para o mapeamento antecipado das demandas e, do mesmo modo, considerando as possibilidades, os limites e os desafios impostos ao seu atendimento;
- Cumprimento da função social da instituição, pautada na relação, na observância e no respeito a outros compromissos de igual valor e importância para a comunidade acadêmico-escolar do IFG;
- Condução da instituição por caminhos margeados pela atuação dentro dos limites da institucionalidade, pela transparência, pela escuta, pelo diálogo, pelo respeito às decisões colegiadas e pela defesa dos princípios basilares que se fazem presentes nos documentos institucionais e dos que se encontram aqui neste programa reafirmados;
- Reconhecimento das conquistas históricas realizadas pelas gestões anteriores sem que este reconhecimento implique em qualquer forma de louvação que possa resultar no afastamento da crítica qualificada e necessária à superação dos limites ainda impostos ao cumprimento da função social da instituição e à promoção de avanços no sentido da consolidação da presença e da participação da instituição na sociedade e, consequentemente, de sua abertura à classe trabalhadora e às camadas populares;
- Engajamento na defesa da instituição e dos seus servidores e estudantes frente ao momento histórico no qual nos defrontamos com políticas, projetos e ações que impõem riscos à manutenção dos serviços ofertados pela instituição, à efetividade da autonomia institucional, ao caráter público e gratuito dos Institutos Federais, bem como à democratização de acesso e conclusão com êxito dos(as) estudantes oriundos(as) das camadas populares e às conquistas históricas da classe trabalhadora como um todo e dos(as) trabalhadores(as) da educação, em específico.



ii) PLANO DE AÇÃO



Para que os compromissos aqui apresentados a partir dos eixos de atuação sejam cumpridos, fazem-se necessários o estabelecimento e a exposição das ações que esta candidatura se compromete em buscar realizar ao longo dos próximos quatro (4) anos à frente da reitoria do IFG.

Trata-se de uma listagem construída coletivamente a partir da escuta dialógica de várias vozes e que se não se mostra exaustiva e encerrada em si mesma, uma vez que outras poderão compor este rol de ações na efetivação da construção da gestão democrática e participativa que esta candidatura se propõe a fazer com a comunidade acadêmico-escolar da instituição e com os setores da sociedade civil.

Vale ressaltar que, apesar de os blocos de ações estarem dispostos em uma tabela que as circunscrevem a um eixo específico, elas expressam uma concepção marcada pela mesma transversalidade própria à delimitação dos eixos programáticos. Logo, elas podem cumprir funções para além do eixo no qual estão inseridas e sua realização requer o comprometimento e a responsabilidade coletiva de toda a comunidade acadêmico-escolar do IFG. A seguir, são relacionadas as principais ações.

PRINCIPAIS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS COMPROMISSOS

AÇÕES - EIXO 1: GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

- Criar e disponibilizar ferramentas online, a exemplo da que já existe no Senado Federal, para o acompanhamento, a mobilização e a participação da comunidade acadêmico-escolar do IFG nos processos de discussão de políticas e dos marcos regulatórios institucionais que ocorrem nos espaços de debates das instâncias colegiadas;
- Efetivar a atuação das representações nos conselhos que garanta as condições materiais à participação dos conselheiros tanto no interior destes conselhos quanto no diálogo com as bases;





- Criar canais virtuais e presenciais de informação e comunicação entre os conselhos e a comunidade acadêmico-escolar para aproximação, articulação e mobilização dos servidores e estudantes nas discussões em debate;
- Constituir ações que consolidem a cultura institucional de transmissão de reuniões das instâncias colegiadas e mantê-las disponíveis no site;
- Viabilizar uma cultura organizacional pautada no planejamento e na articulação de agendas capazes de dar visibilidade e publicidade aos processos de discussões das instâncias colegiadas e às pautas coletivas:
- Dar prioridade nos conselhos do IFG às representações da sociedade civil que estejam ligadas aos movimentos populares;
- Criar uma cultura de inclusão dos servidores técnicos administrativos relacionada à sua proposição e atuação nos projetos de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- Construir um plano de ação para combater toda e qualquer forma de divisão e/ou dicotomia estabelecida entre os dois segmentos de servidores (técnico-administrativo e docente) da instituição e entre estes e os terceirizados, tendo por mote o entendimento de que somos todos(as) trabalhadores(as) da educação e que nosso compromisso se coloca diante do cumprimento da função social do IFG;
- Criar condições e garantir autonomia para atuação do movimento estudantil organizado, viabilizando espaços institucionais para sua constituição, organização e legitimar sua participação nas instâncias colegiadas;
- Constituir ações que integrem, ao cotidiano institucional, as demandas dos movimentos sociais organizados, vinculados aos Direitos Humanos e à defesa da diversidade de gênero, raça e etnia, bem como ao respeito à orientação sexual e ao acesso à terra;
- Criar ações que evidenciem a importância da gestão colegiada implantada no IFG, de forma a fazer compreender o caráter horizontal impresso nas diversas instâncias e nos espaços de decisões institucionais e a levar a comunidade acadêmico-escolar a se envolver na construção e consolidação desta gestão colegiada;
- Efetivar as proposições e diretrizes dos documentos institucionais (como Regimento, PPPI e PDI), resultantes de debates coletivos e democráticos;
- Comprometer-se com as políticas de ensino, pesquisa e extensão e com a consolidação de projetos que estes estejam em alinhamento



com as metas institucionais;



- Instaurar uma cultura de mediação e gestão de conflitos interpessoais, visando promover o diálogo, estabelecer um ambiente mais harmônico, tornar as relações e trâmites menos burocráticos, diminuir o número de processos administrativos disciplinares de servidores e de processos acadêmicos disciplinares de estudantes;
- Planejar em conjunto com os câmpus ações que efetivem a autonomia curricular, pedagógica, administrativa e financeira, em consonância com a identidade, os princípios, a função social e a soberania do IFG;
- Fortalecer as comissões em atividades, criadas para colaborarem na organização institucional, a partir de sua integração ao organograma da instituição;
- Comprometer-se com práticas que garantam o Planejamento Orçamentário Participativo, trazendo à discussão os limites impostos pela Lei Orçamentária Anual - LOA e pela Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, com vista a definição de prioridades institucionais;
- Ensejar esforços na busca de recursos financeiros, por intermédio de emendas parlamentares e de Termo de Execução Descentralizada -TED, para o fomento dos projetos de infraestrutura dos câmpus;
- Comprometer-se com a implantação de Comitê de Sustentabilidade nos Câmpus, visando a propositura de ações voltadas para os três pilares da sustentabilidade (social, ambiental e econômico), de ações de reaproveitamento de água e resíduos, além de ações que promovam o uso racional de energia (a exemplo de usinas fotovoltaicas);
- Conceber e implantar mecanismos de escuta da comunidade acadêmico-escolar para a construção de perfil para a ocupação dos cargos de gestão da reitoria, pautada no comprometimento com o projeto político aqui apresentado, pela competência técnica, pela trajetória de trabalho realizado para o cumprimento da função social do IFG e pela capacidade gestora;
- Promover a abertura de canais de comunicação com as organizações estudantis que integram a comunidade acadêmico-escolar do IFG.

AÇÕES - EIXO 2: EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMANCIPATÓRIA





- Constituir projetos e ações que possam intensificar o diálogo permanente com os movimentos sociais e identificar suas demandas para a promoção de ações de ensino, pesquisa e extensão;
- Planejar e executar cursos de curta duração que aproximem a instituição das demandas sociais regionais, em parceria com movimentos sociais e com os arranjos produtivos locais;
- Consolidar e fortalecer os Núcleos de Base com vistas a funcionar como observatório social local, colaborando no mapeamento de desigualdades sociais regionais necessário à oferta de projetos de ensino, pesquisa e extensão que atendam às socioeconômicas e culturais;
- Promover estudos com vistas à ampliação da política de cotas para acesso à instituição, bem como para a distribuição de bolsas, a partir da percepção das desigualdades sociais locais e regionais, destinadas a todos os níveis e modalidades de ensino;
- Comprometer-se com o estabelecimento de sistema de cotas destinado aos trabalhadores(as) rurais e seus(uas) filhos(as), em cursos ligados ao trabalho com a terra, a fim de colaborar na sua fixação no campo e no desenvolvimento e crescimento da cultura familiar rural:
- Comprometer-se com ações de revitalização dos espaços físicos nos câmpus e na reitoria, visando melhorar as condições de convivência e de vivências sociais, culturais e de práticas corporais;
- Promover ações de avaliação contínua e permanente acerca do ensino técnico integrado, com o objetivo de orientar a construção de propostas que sejam capazes de garantir seu caráter integrador;
- Comprometer-se com a promoção de avaliação periódica e com a proposição de ações pensadas a partir das particularidades da modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA, voltadas ao acesso, à permanência e ao êxito;
- Promover ações que visem o fortalecimento dos cursos de formação de professores pautado na consolidação de convênios com as secretarias municipais e estaduais de educação para a oferta de cursos de formação continuada;
- Promover ações de avaliação contínua e permanente acerca dos cursos de ensino superior com o objetivo de orientar a construção de propostas que sejam capazes de garantir a consolidação da oferta nesse nível;



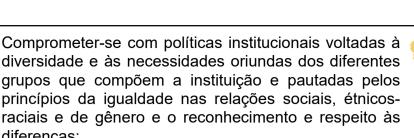


- Consolidar a integração dos cursos de graduação e pós-graduação, visando a estruturação da verticalização, a atuação em projetos integradores e a efetivação do currículo integrado;
- Comprometer-se com a implantação do Plano de Oferta de Cursos e Vagas - POCV, tendo por princípio o equacionamento da oferta de cursos e de vagas em articulação com os percentuais previstos em lei, com os arranjos locais, com as condições de trabalho, com o funcionamento e a infraestrutura dos câmpus;
- Promover discussões para a construção de uma Política da Curricularização da Extensão;
- Comprometer-se com a consolidação do Centro de Referência de Pesquisa e Inovação - CiteLab - IFG, com vistas à promoção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e o cumprimento da função social a que se destina o IFG;
- Ensejar esforços com vistas à constituição de um Centro Permanente de Documentação e Memória do IFG;
- Avançar na discussão em torno da criação de uma Política de Educação a Distância a partir de uma perspectiva crítica e fundamentada numa formação integral;
- Promover uma integração da Educação a Distância com os demais setores do IFG, tendo por finalidade a constituição de projetos e ações institucionais, que ultrapassem a sua condição de execução de programas governamentais e se constitua a partir de uma identidade formativa, bem como colaboradora da mobilidade acadêmica.

AÇÕES - EIXO 3: RESPEITO À DIVERSIDADE E PROMOÇÃO DA IGUALDADE

- Promover uma Política de Inclusão Social, pautada na igualdade, no respeito, na solidariedade, na participação igualitária de todos(as) no âmbito do IFG, em consonância com a Política de Assistência Estudantil, voltada para a promoção da inclusão social e da permanência e do êxito dos discentes;
- Promover estudos com vistas a avaliar e viabilizar formas de ampliação dos recursos destinados à assistência estudantil;







Comprometer-se com a criação dos Núcleos de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas - NEABIs e dos Núcleos de Estudos de Gênero e Sexualidade - NEGEDIs no IFG, com vistas à consolidação destes nos câmpus e à articulação entre eles, garantindo os mecanismos de formalização institucional e suporte estrutural e orçamentário;

diferenças;

- Viabilizar ações de acolhimento e visibilidade dos saberes e das práticas culturais dos povos originários e das comunidades locais;
- Fomentar ações de combate permanente ao negacionismo e ao anticientificismo;
- Promover e incentivar a formação continuada dos trabalhadores nas áreas que envolvem os conhecimentos em torno dos Direitos Humanos e das Relações Étnico-Raciais e de Gênero e Sexualidade:
- Promover ações que primem pela inclusão, acolhimento e valorização das pessoas de camadas menos favorecidas, tais como discentes da classe trabalhadora, pessoas em situação de vulnerabilidade social, população negra, comunidade LGBTQIA+;
- Promover ações que consolidem e fortaleçam os setores que lidam diretamente com as vulnerabilidades socioeconômicas e com as necessidades educacionais específicas de nossos(as) estudantes. tais como os NAPNEs (Núcleos de Assistência às Pessoas com Necessidades Especiais) e as CAEs (Coordenações de Assistência Estudantil);
- Consolidar a Política de Promoção da Igualdade Étnico-Racial no IFG:
- Comprometer-se com a criação de uma política educacional anticapacitista;
- Promover ações que garantam a implementação de políticas institucionais que desenvolvam relações humanas mais equitativas, superando desigualdades étnico-raciais e de gênero e respeitando as diversidades culturais e sexuais;
- Planejar e propor ações que promovam uma inclusão articulada à produção de ciência e tecnologia de pontas, tendo por foco a





 Valorizar a promoção de projetos de pesquisa e extensão que estejam pautados pelas demandas e pelos arranjos produtivos e socioculturais das comunidade locais e regionais, comprometidos com o acesso e a inclusão social, bem como com a geração de oportunidades e melhoria das condições de vida das camadas populares;



- Comprometer-se com a Política de Internacionalização do ensino, pesquisa e extensão, redimensionando-a para o acolhimento e o acompanhamento de estudantes de programas e convênios internacionais, em especial, daqueles na condição de refugiados.
- Criar, em diálogo com a CPPIR e os NEABIs, programa integrado de ações afirmativas, com o acompanhamento sistemático de estudantes pretos, pardos, indígenas, quilombolas, bem como de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica por parte das instâncias competentes dos câmpus e da reitoria;
- Comprometer-se com ações de fortalecimento de ações afirmativas na forma de cotas nos concursos públicos para ingresso de servidores no IFG;
- Fortalecer e divulgar os fluxos para recebimento e tratamento de denúncias de discriminação racial via Ouvidoria do IFG;
- Garantir suporte institucional para a divulgação e realização anual do Encontro de Culturas Negras e do Seminário de Educação para Relações Étnico-Raciais do IFG;
- Respaldar parcerias institucionais a serem realizadas pela CPPIR, NEABIS e NEGEDIS com vistas a combater as desigualdades e fortalecer a democracia dentro e fora da instituição;
- Fomentar a criação de programa institucional de promoção da participação de estudantes negros/as, indígenas, quilombolas e de baixa renda, bem como da participação feminina em projetos de inovação científica e tecnológica do IFG.
- Comprometer-se com a manutenção e aprimoramento das estruturas físicas, de equipamentos e materiais de acessibilidade, com vistas a superação de toda e qualquer barreira existente à inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas.





AÇÕES - EIXO 4: PRESENÇA E PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE

- Comprometer-se com ações que promovam a ampliação do diálogo com o poder público, o setor produtivo, os grupos sociais e os movimentos culturais:
- Promover a descentralização da comunicação, como forma de ampliar o conhecimento das vivências dos câmpus à toda a comunidade do IFG e à sociedade;
- Fortalecer a Política de Comunicação, com foco na divulgação de ações institucionais e no reconhecimento público da instituição;
- Criar instrumentos de comunicação mais efetivos para divulgar os projetos e as ações institucionais, voltados ao atendimento das demandas socioeconômicas e culturais;
- Comprometer-se com a ampliação do alcance de projetos de cunho social, resultantes das demandas identificadas a partir da consulta à sociedade;
- Fomentar a execução de projetos que efetivem o conhecimento desenvolvido na instituição como meio para a promoção da transformação social;
- Estabelecer diálogos contínuos com as estruturas administrativas locais (Prefeituras, Ministério Público, Secretarias de Educação e Cultura), com vistas ao mapeamento e o planejamento de ações alinhadas às demandas regionais, de modo a reforçar o papel e a importância do IFG na promoção do desenvolvimento (econômica, social e cultural) regional e local;
- Fomentar ações que consolidem os câmpus como espaços de cultura e de práticas corporais para a comunidade à qual encontram-se vinculados;
- Incentivar projetos de atuação itinerante junto às comunidades originárias e tradicionais, aos grupos sociais e aos movimentos culturais que constituem a área de atuação dos câmpus.

AÇÕES - EIXO 5: CONSOLIDAÇÃO DA EXPANSÃO DO IFG

• Comprometer-se com a consolidação e o avanço no





processo de implementação do Plano de Ofertas de Cursos e Vagas (POCV), do Plano Diretor, do Planejamento Estratégico e do Monitoramento do PDI (plataforma ForPDI), tidos como fundamentais para a constituição de uma cultura de planejamento institucional contínuo e permanente, necessária à projeção de ações futuras nos câmpus do IFG a partir do mapeamento de suas possibilidades e limites;

- Ensejar esforços para a consolidação dos espaços internos dos câmpus dedicados às práticas corporais, culturais e de descanso, dos restaurantes estudantis, bem como das adequações estruturais com vistas a alcançar os objetivos da acessibilidade arquitetônica;
- Comprometer-se com ações que corroborem com as especificidades da reitoria, tanto no tocante às dimensões estruturais e informacionais quanto da dimensão da integração entre os vários setores que a constituem, buscando evitar os processos de fragmentação do trabalho desempenhado pelos servidores;
- Atuar junto aos setores públicos municipais e estaduais, na tentativa de estabelecer parcerias para consolidação da estrutura física das proximidades dos câmpus, tais como iluminação, transporte coletivo e segurança;
- Fomentar ações para a consolidação do cumprimento social do IFG, concebidas à luz das particularidades que envolvem sua estrutura organizacional multicampi;
- Constituir ações de estreitamento de relações entre os servidores e os câmpus de sua lotação, que assegurem o cumprimento da função social da instituição, por meio da promoção do desenvolvimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Dedicar-se ao estudo e discussão qualificada em torno das possibilidades e limites constituídos ao cumprimento da função social do IFG à luz da Relação Aluno Professor (RAP), da Portaria nº 246/2016, do saldo de equivalência que tangencia a questão do dimensionamento de pessoal, dos cortes orçamentários, da reforma administrativa, dos ataques às conquistas históricas dos trabalhadores da educação;
- Comprometer-se com ações de incentivo da participação dos três segmentos (docentes, técnicos e discentes) na discussão e delimitação das demandas prioritárias para os câmpus;
- Promover a discussão em torno do orçamento de forma ampla e democrática, primando pela transparência e pela atenção às particularidades que envolvem o custeio das unidades para



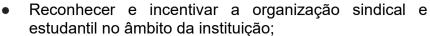


- Promover ações que resultem em uma maior aproximação da reitoria com unidades integrantes do IFG, buscando aplacar a distância entre as pró-reitorias e o cotidiano dos câmpus;
- FABIANE REITORA IFG
- Promover uma gestão político-administrativa pela reitoria capaz de refletir a identidade institucional a partir da observância, integração e valorização da realidade multicampi do IFG e, de igual modo, de evitar referendar ações que ensejem a competição entre os câmpus;
- Ensejar ações que promovam a consolidação e o fortalecimento dos Núcleos de Base do Observatório do Mundo do Trabalho nos câmpus, com vistas a colaborar com o planejamento de projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão;
- Aproximar a reitoria das comunidades, por meio do diálogo com os poderes legislativos, especialmente no tocante à questão das emendas parlamentares;
- Manter diálogo perene com os setores de tecnologia da informação com vistas a aprimorar as ações previstas no Plano de Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI;
- Fomentar projetos e ações realizadas pelo setor de Tecnologia da Informação, com foco nas áreas definidas pelo PDTI (gestão, aquisições, sistemas e redes/infraestrutura);
- Comprometer-se com a ampliação dos acervos físicos e digitais das bibliotecas do IFG, bem como engendrar esforços para a viabilização de adequações estruturais de seus espaços;
- Fomentar ações que valorizem os espaços das bibliotecas e o sentido dos serviços por elas prestados no que concerne à promoção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Ensejar esforços para garantir a manutenção predial e patrimonial dos câmpus e da reitoria do IFG;
- Comprometer-se com a implementação do Plano de Prevenção de Combate ao Incêndio e ao Pânico - PPCIP.

AÇÕES - EIXO 6: CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO

 Comprometer-se com a defesa da autonomia docente e a liberdade pedagógica;







- Fomentar projetos e ações de prevenção e combate de todas as formas de violências (assédio moral, intelectual e sexual, LGBTQIAfobia, bullying);
- Propor ações relativas aos aspectos ergonômicos e preventivas da saúde do servidor e de acompanhamento de programas e projetos com foco na relação entre trabalho-saúde-adoecimento;
- Comprometer-se com o enfrentamento pela manutenção do SIASS no âmbito institucional, enquanto instância promotora de políticas de promoção da saúde do servidor;
- Promover programas, projetos e ações de integração e socialização para a melhoria das relações interpessoais, de trabalho e de saúde entre os integrantes da comunidade acadêmico-escolar;
- Fomentar programas, projetos e ações que respeitem a pluralidade cultural e as diferenças étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de habilidade física ou intelectual e de classe dos trabalhadores do IFG;
- Fortalecer as instâncias institucionalmente voltadas ao acolhimento e ao reconhecimento dos integrantes da comunidade acadêmicoescolar (CAE, NAPNEs, CAPD, CPPIR, NEABIS, NEGEDIS, CAS, SIASS, CISSP, dentre outras);
- Comprometer-se com o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre as condições e relações de trabalho no contexto atual e póspandêmico, a fim de subsidiar a proposição de políticas mais assertivas para melhoria das condições de trabalho com a participação efetiva dos servidores;
- Constituir um Plano de Capacitação que promova ações de incentivo à capacitação e à qualificação continuada dos trabalhadores da educação no âmbito do IFG;
- Comprometer-se com a escuta dialógica e com o debate qualificado com as representações de base e com os trabalhadores da educação acerca da jornada de trabalho docente e técnico-administrativo, respeitando os direitos historicamente constituídos;
- Promover o debate sobre as novas estruturas e configurações do trabalho (teletrabalho, trabalho remoto, home office) e seus impactos no IFG, tendo como base o cumprimento da função social da instituição.

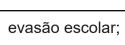




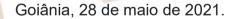
AÇÕES - EIXO 7: ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES E ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

- Constituir a Política de Permanência e Êxito, calcada na ressignificação da assistência estudantil como instância fundamental de promoção da permanência e êxito dos estudantes das camadas populares;
- Comprometer-se com a viabilização de projetos e ações que oportunizem melhores condições materiais aos(às) estudantes para seguirem seus processos formativos na instituição;
- Promover estudos que avaliem a viabilidade da constituição de ações de assistência estudantil que contemplem a heterogeneidade da comunidade acadêmico-escolar e as múltiplas singularidades dos estudantes:
- Garantir a participação das entidades de representação dos estudantes (DCE, Grêmios Estudantis, Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos) no planejamento das ações de assistência estudantil do IFG;
- Promover estudos e debates sobre a estrutura organizacional do IFG, com vistas a viabilizar o cumprimento da função social da instituição e a atender as demandas da comunidade acadêmico-escolar;
- Conceber ações voltadas para a promoção da interação e do acolhimento de estudantes na instituição nos seus múltiplos espaços (físicos, acadêmicos, administrativos) e na cultura organizacional;
- Estruturar ações que ampliem a dimensão de acolhimento anterior ao ingresso dos estudantes na instituição, viabilizando editais de processos seletivos, que humanizem a comunicação da instituição com a comunidade externa;
- Promover ações que minimizem os procedimentos burocráticos em torno dos editais de ensino, pesquisa e extensão;
- Constituir a cultura do planejamento a partir da realização de pesquisas, com o objetivo de traçar diagnósticos e pautar ações de acompanhamento acadêmico e pedagógico dos estudantes nas múltiplas instâncias do IFG;
- Consolidar as Comissões de Permanência e Êxito Central e Locais que deverão propor estudos, programas e ações a serem dialogadas com a comunidade acadêmico-escolar para aplacar os índices de





- Comprometer-se com a regulamentação da (minuta de) Política de Ingresso, tornando a instituição mais acessível e promovendo discussões em torno das ações afirmativas já consolidadas e de novas ações que irão atender às demandas populares das comunidades em que os câmpus estão inseridos;
- Viabilizar a realização de pesquisas em torno das caracterizações socioeconômicas dos candidatos do processos seletivos do IFG, com intuito de rever seus formatos, estratégias de divulgação e possíveis ajustes às dinâmicas regionais;
- Comprometer-se com a consolidação da Política de Egressos com vistas à promoção de uma maior integração destes ao IFG;
- Planejar e constituir ações que promovam o sentimento de pertencimento ao IFG, ampliando as possibilidades de integração dos egressos na comunidade acadêmica;
- Incentivar a promoção de projetos e ações de extensão e pesquisa que envolvam diretamente os egressos, bem como consolidar o IFG como instituição de excelência que viabilize uma continuidade do processo formativo desses sujeitos.



Fabiane Costa Oliveira Professora EBTT - SIAPE 1487840

